

## ORGANIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE SAÚDE NA OFERTA DO TESTE RÁPIDO PARA O HIV: REVISÃO DE LITERATURA INTEGRATIVA

Larissa Mayra Silva de Melo<sup>[1]</sup>, Ruan Vinícius Oliveira Vieira da Silva<sup>[2]</sup>, Tarcila Lima Alcântara de Gusmão<sup>[3]</sup>.

<sup>[1]</sup>Discente – Faculdade dos Palmares, lari.enfermagem1@gmail.com

<sup>[2]</sup>Discente – Faculdade dos Palmares, ruanvinciius@gmail.com

<sup>[3]</sup>Doutoranda em Enfermagem, Docente da Faculdade dos Palmares, tarcilagusmao@faculdadedospalmares.com.br

### RESUMO

As Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST) são causadas por vírus, bactérias ou outros microrganismos, transmitidas, principalmente, por meio do contato sexual (oral, vaginal, anal) sem o uso de preservativos masculinos ou femininos, com uma pessoa que esteja infectada. Diante da necessidade de diagnóstico precoce, o Teste Rápido surgiu como uma alternativa que diminui o tempo de espera, com resultado imediato. Vistas as lacunas de conhecimento, por se tratar de uma temática recente na APS, associado à relevância do HIV no contexto mundial, nacional e regional, justifica-se a importância deste estudo que tem como objetivo analisar as evidências científicas acerca da organização da oferta do teste rápido na Atenção Primária à Saúde pelos enfermeiros. Compreende-se, portanto, que a Atenção Primária à Saúde é a porta de entrada de políticas de saúde, assim cabe a ela a implantação do Teste Rápido (TR) – HIV. É compreendida como alicerce de cuidados para com a população, os profissionais compostos nela é quem realizam o estudo geográfico das áreas e, é através desses estudos que se tem uma ampla visão da gravidade advinda pelo adoecimento da população, que na maioria dos casos, são os que vivem em maior vulnerabilidade, social, econômica e de saúde. **Palavras-chave:** Serviços de Saúde; Infecções Sexualmente Transmissíveis; Teste Rápido; HIV; APS.

### ABSTRACT

*Sexually Transmitted Infections (STIs) are caused by viruses, bacteria or other microorganisms, transmitted mainly through sexual contact (oral, vaginal, anal) without the use of male or female condoms, with a person who is infected. Faced with the need for early diagnosis, the Rapid Test has emerged as an alternative that reduces waiting time, with immediate results. In view of the knowledge gaps, as it is a recent theme in PHC, associated with the relevance of HIV in the global, national and regional context, the importance of this study is justified, which aims to analyze the scientific evidence about the organization of the provision of rapid tests in Primary Health Care by nurses. It is understood, therefore, that Primary Health Care is the gateway to health policies, so it is up to it to implement the Rapid Test (RT) – HIV. It is understood as a foundation of care for the population, the professionals composed of it are the ones who carry out the geographical study of the areas, and it is through these studies that we have a broad view of the severity arising from the illness of the population, which in most cases, are the ones who live in greater social, economic and health vulnerability. **Keywords:** Health Services; Sexually Transmitted Infections; Quick Test; HIV; APS.*

## 1. INTRODUÇÃO

As Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST) são causadas por vírus, bactérias ou outros microrganismos, transmitidas, principalmente, por meio do contato sexual (oral, vaginal, anal) sem o uso de preservativos masculinos ou femininos, com uma pessoa que esteja infectada. A transmissão de uma IST pode acontecer, ainda, da mãe para a criança durante a gestação, o parto ou a amamentação, por meio da infecção horizontal (Ministério da Saúde, 2019).

Dentre os microrganismos causadores de IST, destaca-se o Vírus da Imunodeficiência Humana (HIV), classificado como Lentiviridae, o avanço do seu processo de infecção pode causar a Síndrome da Imunodeficiência Humana (SIDA ou AIDS). Os dados do Ministério da Saúde (MS) relatam que são significativos os avanços que a ciência e a tecnologia trouxeram para o combate ao HIV. Conhecer a sorologia positiva de forma precoce aumenta a expectativa e a qualidade de vida de uma pessoa que vive com o vírus. O tratamento antirretroviral é garantido para todos, por meio do Sistema Único de Saúde (SUS), mas mesmo assim, entre 2011 e 2021, mais de 52 mil jovens de 15 a 24 anos com HIV evoluíram para a SIDA- Síndrome da Imunodeficiência Humana (Ministério da Saúde, 2023).

Diante da necessidade de diagnóstico precoce, o Teste Rápido (TR) surgiu como uma alternativa que diminui o tempo de espera, com resultado imediato, o que propicia a adesão à terapia antirretroviral precocemente, o que pode resultar, de forma futura, em carga viral indetectável. Assim, o teste rápido constitui uma forma eficiente na quebra do ciclo de transmissão, sendo uma estratégia eficaz e barata de ser implantada (Araújo, 2017).

A partir da década de 2010, foi possível observarmos maior ênfase em processos de descentralização da atenção em HIV/aids<sup>2</sup> para a Atenção Primária em Saúde (APS), incluindo a possibilidade de oferta de testes rápidos, aconselhamento, profilaxia pós-exposição (PEP) e acompanhamento às pessoas diagnosticadas com HIV, sífilis e hepatites B e C (Zambenetti, 2016).

Esse processo de descentralização foi possível por dois conjuntos de fatores. No primeiro deles, destaca-se a ampliação de cobertura da APS no território nacional, especialmente com a Estratégia Saúde da Família (ESF), que buscou constituir a APS como ordenadora do cuidado em saúde. Junto à expansão da ESF, observa-se também a qualificação e complexificação de suas ações, com o reconhecimento de que, apesar de exigirem menor densidade tecnológica na APS, há uma alta complexidade envolvida (Brasil, 2017).

O Ministério da Saúde tem orientado que sejam planejadas e desenvolvidas ações de prevenção ao HIV/aids e outras IST na APS, voltadas tanto para a população em geral quanto para as populações-chave e prioritárias, entendendo que existem pessoas ou grupos que são vulnerabilizados de formas específicas às IST. Tais intervenções devem ter como base a realização de um diagnóstico local, identificando redes de serviços, fluxos de ações, locais de sociabilidade no território, realidade epidemiológica, entre outros aspectos (Ministério da Saúde, 2017).

Os testes rápidos têm como principal função confirmar ou descartar a presença das IST no indivíduo. O resultado é mostrado em, no máximo, meia hora após a coleta de sangue ou fluido oral. Dentre as diversas vantagens, tem-se que não é necessária uma estrutura laboratorial para realização do imunoenensaio, o que deixa o acesso ao teste maior e mais eficiente (Brasil, 2018).

Apesar da relevância do TR, sua implementação na Atenção Primária à Saúde (APS) brasileira, ocorrida em 2012 por meio da Portaria nº 77, enfrenta barreiras relacionadas com infraestrutura, logística, treinamento de profissionais e desconhecimento da população. A descentralização e a efetivação do TR na APS são um fenômeno complexo e multifacetado, envolvendo não apenas a vontade pessoal do trabalhador, mas também as condições estruturais para que o processo seja desenvolvido, assim como mecanismos de sensibilização, acompanhamento e qualificação, designando a ele um sentido de corresponsabilidade e compartilhamento em vez de simples transferência de responsabilidade (Araújo, 2021).

Considerando-se as lacunas de conhecimento por se tratar de uma temática recente na APS, associado à relevância do HIV no contexto mundial, nacional e regional, justifica-se a importância deste estudo que tem como objetivo analisar as

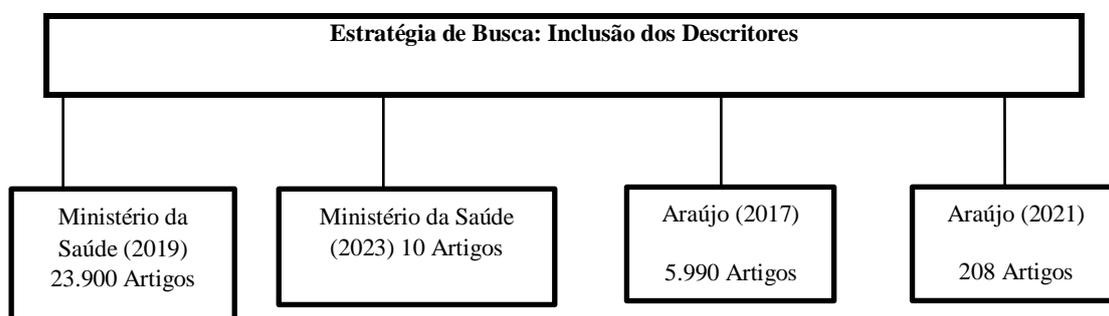
evidências científicas acerca da organização da oferta do teste rápido na Atenção Primária à Saúde pelos enfermeiros.

## 2. METODOLOGIA

Trata-se de uma Revisão de Literatura, realizada um estudo por meio de pesquisas nas bases de dados por meio eletrônico: Ministério da Saúde (2019 e 2023), ARAÚJO (2017) com objetivo de analisar as evidências científicas da organização dos serviços na Atenção Primária na oferta de saúde pelos enfermeiros. A busca foi realizada no período de novembro de 2023, utilizando os seguintes descritores: (IST) Infecção Sexualmente Transmissível; (TR) Teste Rápido; (APS) Atenção Primária à Saúde.

Os critérios de inclusão foram: os artigos originais publicados entre 2017 e 2023 no idioma Português que abordassem a organização na oferta do teste rápido na Atenção Primária à Saúde.

A seleção dos artigos foi realizada de forma independente, foram lidos os títulos e subsequentemente os recursos para a escolha dos artigos a serem lidos na íntegra e assim selecionados para realização do estudo (Figura 1).



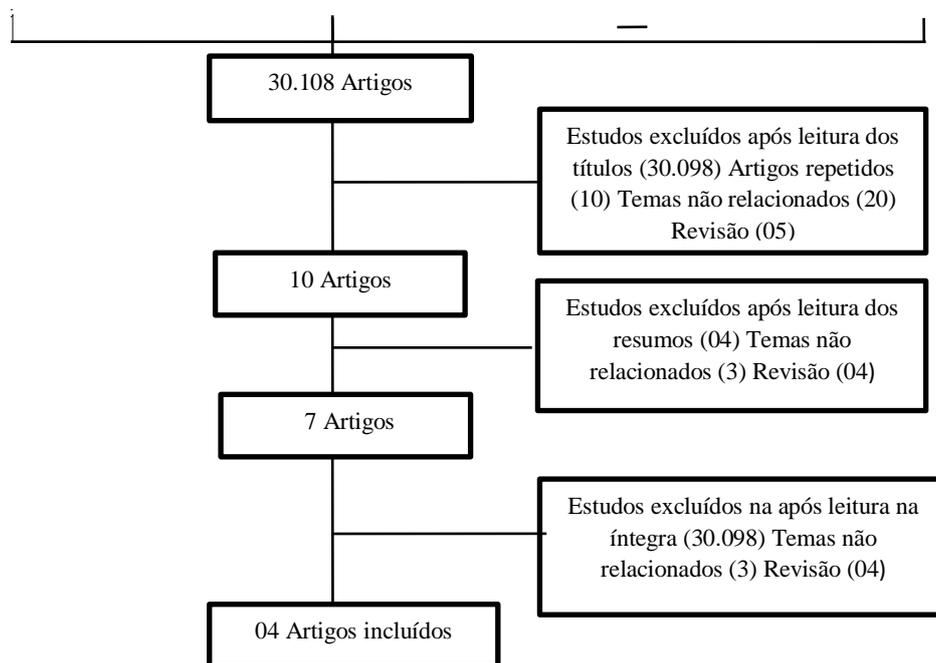


Figura 1. Fluxograma de processo de busca das referências bibliográficas.

### 3. RESULTADOS

Após criteriosa análise dos estudos identificados, foram selecionados 4 artigos, com publicações entre 2019 e 2023 acerca de pesquisas realizadas em serviços de testagem rápida no Brasil. A Tabela 1 apresenta a síntese dos principais achados dos estudos.

Tabela 1- Artigos Inseridos na Revisão de Literatura		
Autor /Ano	Local do estudo	Principais achados
<b>ARTIGO 1</b> – GOV.br - Ministério da Saúde (2023)	Brasil	As Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST) são causadas por vírus, bactérias ou outros microrganismos. Elas são transmitidas, principalmente, por meio do contato sexual (oral, vaginal, anal) sem o uso de camisinha masculina ou feminina, com uma pessoa que esteja

		<p>infectada. A transmissão de uma IST também pode ocorrer por meio da transmissão vertical da mãe para a criança durante a gestação, o parto ou a amamentação, quando medidas de prevenção não são realizadas.</p> <p>A presença de IST durante a gestação pode afetar a criança e causar complicações, como: abortamento ou natimortalidade, parto prematuro, doenças congênitas ou morte do recém-nascido. A testagem para IST durante a gestação é importante possibilita o diagnóstico precoce, agindo em tempo adequado para o controle da infecção materna e para prevenção da transmissão vertical.</p> <p>No momento da admissão para o parto, os testes rápidos de HIV, sífilis e hepatite B (se houver indicação) devem ser realizados. Os testes sendo reagentes, medidas preventivas para transmissão vertical devem ser realizadas com a gestante e seu recém-nascido,</p>
--	--	--

		<p>conforme as diretrizes clínicas e terapêuticas estabelecidas pelo Ministério da Saúde.</p> <p>Algumas infecções como o HIV e HTLV, podem ser transmitidas por meio do leite materno. A amamentação não é recomendada para mães que vivem com HIV e/ou HTLV.</p> <p>Além disso, mulheres em período de amamentação devem manter as medidas de prevenção combinada nesse período. A transmissão vertical do HIV e do HTLV também pode ocorrer por meio da amamentação cruzada (quando uma mulher vivendo com HIV ou HTLV amamenta uma criança que não é seu filho).</p>
<p><b>ARTIGO 2</b> - Ministério da Saúde - (2023).</p>	<p>Brasil</p>	<p>São significativos os avanços que a ciência e a tecnologia trouxeram para o combate ao HIV. Conhecer a sorologia positiva de forma precoce aumenta muito a expectativa e a qualidade de vida de uma pessoa que vive com o vírus. O tratamento antirretroviral é garantido para todos, por meio do Sistema Único de Saúde (SUS), mas mesmo assim,</p>

		<p>entre 2011 e 2021, mais de 52 mil jovens de 15 a 24 anos com HIV evoluíram para a síndrome da imunodeficiência adquirida (aids).</p> <p>As ações do Ministério da Saúde visam incentivar um comportamento sexual seguro, estimular a adoção de estratégias de prevenção combinada, conhecer o status sorológico e buscar tratamento precoce. Em 2021, 40,8 mil casos de HIV e outros 35,2 mil casos de aids foram notificados no Brasil por meio do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (Sinan), de acordo com o Boletim Epidemiológico de HIV/aids do ano passado.</p>
--	--	--

<p><b>ARTIGO 3</b> – Aylene Bousquat (2019)</p>	<p>São Paulo</p>	<p>A regionalização, diretriz e decisiva componente organizativa do Sistema Único de Saúde (SUS), vem impulsionando, na fase atual da política de saúde brasileira, a constituição de redes de atenção à saúde, integradas e regionalizadas. No entanto, esse é um processo em curso e ainda incipiente. A experiência internacional indica que, em países com sistemas universais, a estratégia de redes regionalizadas e hierarquizadas tem sido o principal meio para a garantia de cobertura e acesso equânime aos serviços e ações de saúde.</p> <p>A região de saúde deve representar a base territorial e populacional para a operação da rede regionalizada de atenção à saúde (RAS), com definição de perfil assistencial, considerando as necessidades de saúde da população.</p> <p>As RAS demandam uma renovada região de saúde, que construiria, por meio das reconfigurações das fronteiras, um território sanitário comum,</p>
---	------------------	---

		<p>tendo como objetivo a garantia do cuidado integral em saúde. A oferta de serviços de saúde nesse espaço regional está condicionada à capacidade de pactuação entre gestores (municipais, estadual e federal), um cenário marcado por condições desiguais de negociações e motivadas por interesses diversos. Inúmeras são as dificuldades para a consolidação desse espaço regional como pilar para estruturação e organização dos serviços de saúde no país</p>
<p><b>ARTIGO 4</b> – Túlio César Vieira de Araújo (2021)</p>	<p>Rio Grande do Norte</p>	<p>Promover a descentralização do TR de IST para a APS é um passo importante e necessário, todavia, não basta proporcionar o acesso da população ao serviço, é necessário que a testagem aconteça com as condições de qualidade necessárias, tanto para os usuários quanto para os profissionais. Nesse processo de descentralização, é essencial identificar os principais desafios e traçar alternativas para superá-los da melhor</p>

		<p>maneira possível<sup>9</sup>, o que reforça a importância de investigar e elucidar o assunto que, além de apresentar uma dimensão social, entrelaça-se com a política, o planejamento e a gestão em saúde.</p>
--	--	---

#### 4. DISCUSSÃO

A incidência de Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST) é um problema de Saúde Pública devido à sua magnitude e dificuldade de acesso ao tratamento adequado. Em 2012 a incidência global foi estimada em 357,4 milhões de casos novos de IST curáveis no mundo, na faixa etária de 15 a 49 anos, a maioria deles em países em desenvolvimento.

A falta de acesso a serviços de saúde efetivos e confiáveis se refletem no aumento das IST em muitos países e essas infecções podem representar até 17% de perdas econômicas, causadas pelo binômio saúde-doença.

No Brasil, a verdadeira situação epidemiológica dessas doenças e de suas complicações não são bem conhecidas, devido ao fato da maioria das IST não ser de notificação compulsória, além da escassez de estudos sentinelas e de base populacional.

A ampliação do acesso à testagem rápida tem sido preocupação constante do Ministério da Saúde desde o início da epidemia do HIV/aids, porém, estratégias vêm sendo adotadas com esse intuito. Uma delas foi a implantação dos Centros de Testagem e Aconselhamento (CTA). Esses serviços foram implantados no final da década de 80 e têm como finalidade disponibilizar o teste anti-HIV à população com aconselhamento pré e pós-teste. Entre outras estratégias, esses serviços atuam fazendo a mediação entre a prevenção e assistência à saúde.

A PNS (2019) traz ainda outro dado quanto a este cenário das IST entre os indivíduos com 18 anos ou mais de

idade que tiveram relação sexual nos 12 meses anteriores à data da entrevista, apenas 22,8% (ou 26,6 milhões pessoas) usaram preservativo em todas as relações sexuais. 17,1% dos entrevistados afirmaram usar às vezes, e 59,0% em nenhuma vez.

Estatísticas apontam que 1/3 dos portadores de HIV/AIDS são jovens de 10 a 24 anos. Sendo estes os disseminadores de conhecimento para as gerações futuras, faz-se necessário investir em programas de educação sexual, visando à prevenção e melhora no quadro mundial de IST.

A regionalização, diretriz e decisivo componente organizativo do Sistema Único de Saúde (SUS), vem impulsionando, na fase atual da política de saúde brasileira, a constituição de redes de atenção à saúde integradas e regionalizadas. No entanto, esse é um processo em curso e ainda incipiente. A experiência internacional indica que, em países com sistemas universais, a estratégia de redes regionalizadas e hierarquizadas tem sido o principal meio para a garantia de cobertura e acesso equânime aos serviços e ações de saúde. Três pressupostos constituem a base para a operacionalização dessa estratégia: suficiência dos serviços de saúde de acordo com as necessidades da população, responsabilização pela atenção aos usuários, e coordenação assistencial (KUSCHNIR; 2010).

É importante destacar a importância da Atenção Primária à Saúde (APS), visto que é o primeiro nível de atenção onde são desenvolvidos um conjunto de ações no âmbito individual e coletivo, que envolvem a promoção e a proteção da saúde, a prevenção de agravos, o diagnóstico, o tratamento, a reabilitação e a manutenção da saúde. No Brasil, a Estratégia de Saúde da Família (ESF) é o arranjo definido como prioritário para a implementação da APS no Sistema Único de Saúde (SUS).

Essa perspectiva é capaz de relacionar processos de saúde-doença-cuidado, a partir do entendimento de que políticas e serviços precisam ser pensados não somente como ferramentas para atender demandas de saúde estanques e apartadas do contexto em que são produzidas (CALAZANS, 2018).

No Brasil, as bases para prevenção, diagnóstico e tratamento das IST estão bem estabelecidas, bem como, seu modelo de vigilância epidemiológico, composto por

notificação compulsória, serviços sentinela e estudos transversais em determinados grupos populacionais.

De acordo com Silva, Motta e Zeitoune (2010), a Estratégia Saúde da Família tem o enfermeiro como um importante membro da equipe básica multidisciplinar, o que se leva a considerar uma forte representatividade e reconhecimento da sociedade deste profissional, pois trata-se um protagonista no processo de consolidação da Estratégia como política integrativa e humanizada da saúde.

Vale salientar que o processo de trabalho das equipes de APS deve compreender e intervir sobre os problemas de saúde prioritários da população, contemplando ações de prevenção de doenças e agravos, que priorizem determinados perfis epidemiológicos, os determinantes, os fatores de riscos e danos à saúde, na perspectiva da intra e intersetorialidade, na realização de planejamento integrado das ações de promoção, prevenção e controle das doenças e agravos no território de atuação.

Diante do exposto, é possível concluir que os testes rápidos para IST são uma ferramenta revolucionária da Atenção Básica, fundamental para a manutenção da saúde de toda a população sexualmente ativa atendida. Com o intuito de aprimorar a oferta à comunidade, é preciso ponderar sobre a qualidade do serviço e acatar as estratégias pensadas pelos trabalhadores interrogados, os quais compõem a linha de frente desta atividade e têm urgência em suprir suas privações.

A atuação da APS no enfrentamento ao HIV desempenha a oferta de serviços, por meio da realização de testagem para HIV, Sífilis e Hepatite, diagnóstico oportuno e tratamento adequado, testagem no pré-natal e população (geral, chave e vulneráveis), ofertas de imunização e distribuição de Preservativos.

Compreende-se, portanto, que a Atenção Primária à Saúde é a porta de entrada de políticas de saúde, assim cabe a ela a implantação do Teste Rápido (TR) – HIV. É compreendida como alicerce de cuidados para com a população, os profissionais compostos nela é quem realizam o estudo geográfico das áreas e, é através desses estudos que se tem uma ampla visão da gravidade advinda pelo adoecimento da população, que na maioria dos casos, são os que vivem em maior vulnerabilidade, social, econômica e de saúde.

## CONCLUSÃO

Para entender como é realizado a oferta do Teste Rápido – TR houve a necessidade de perpassar pelo histórico de adoecimento, ou seja, a forma que é transmitida as IST, bem como o público alvo e faixa etária que se concentra a maior porcentagem de transmissão.

Entender a importância da centralização da testagem para as equipes de APS é evidenciar um processo de trabalho necessário para a oferta do TR nas Estratégias de Saúde da Família (ESF) e diante desse fundamento ser ofertado autonomia ao enfermeiro como provedor na promoção à saúde.

Vale salientar que a atuação no enfrentamento ao HIV vai além da oferta de testagem (TR), requer um diagnóstico oportuno para o tratamento adequado e acompanhamento. A testagem no pré-natal e para a população em geral que se encontram em maior vulnerabilidade é primordial, assim como a prática da política de prevenção que vai além de orientação e distribuição de preservativos.

Contudo, observa-se que havendo um fortalecimento da APS, logo há o fortalecimento do próprio SUS como um sistema público caracterizado de maneira universal, equânime integral.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Saúde. (2017). Cinco passos para a prevenção combinada ao HIV na Atenção Básica.

[https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/cinco\\_passos\\_revencao\\_combinada\\_hiv\\_atencao\\_basica.pdf](https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/cinco_passos_revencao_combinada_hiv_atencao_basica.pdf)

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Vigilância, Prevenção e Controle das Infecções Sexualmente Transmissíveis, do HIV/Aids e das Hepatites Virais. Manual técnico para o diagnóstico da infecção pelo HIV em adultos e crianças[Internet]. 4ª ed. Brasília: 2018.

CIRIACO, N. L. C.; PEREIRA, L. A. A. C.; CAMPOS-JÚNIOR, P. H. A.; COSTA, R. A. A importância do conhecimento sobre Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST) pelos adolescentes e a necessidade de uma abordagem que vá além das concepções biológicas. **Revista Em Extensão**, Uberlândia, v. 18, n. 1, p. 63–80, 2019. DOI: 10.14393/REE-v18n12019-43346. Disponível em:

<https://seer.ufu.br/index.php/revextensao/article/view/43346>. Acesso em: 6 jul. 2024

DAMIÃO, J. DE J. et al. Cuidando de Pessoas Vivendo com HIV/Aids na Atenção Primária à Saúde: nova agenda de enfrentamento de vulnerabilidades? **Saúde em Debate**, v. 46, n. 132, p. 163–174, jan. 2022.

DISTRITO FEDERAL. Secretaria de Saúde. **Guia de enfermagem na atenção primária à saúde**. Brasília, 2022. Disponível em:

[https://www.saude.df.gov.br/documents/37101/91089/Guia\\_de\\_Enfermagem\\_na\\_Atenc\\_ao\\_Primaria\\_a\\_Saude.pdf/863eadd6-b147-188d-d336-4f55870229cb?t=1653480309436](https://www.saude.df.gov.br/documents/37101/91089/Guia_de_Enfermagem_na_Atenc_ao_Primaria_a_Saude.pdf/863eadd6-b147-188d-d336-4f55870229cb?t=1653480309436). Acesso em: maio 2024.

PINTO, Valdir Monteiro; BASSO, Caritas Relva; BARROS, Claudia Renata dos Santos; GUTIERREZ, Eliana Battaglia. Fatores associados às infecções sexualmente transmissíveis: inquérito populacional no município de são paulo, brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, [S.L.], v. 23, n. 7, p. 2423-2432, jul. 2018. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/1413-81232018237.20602016>.

BRASIL. Ministério da Saúde. Testagem rápida na atenção primária. Disponível em: <https://www.gov.br/aids/pt-br/central-de-conteudo/publicacoes/2019/testagem-rapida-na-atencao-primaria-ana-claudia-chaves>. Acesso em: maio 2024.

Zambenedetti, G., & Silva, R. A. N. (2016). Descentralização da atenção em HIV-AIDS para a atenção básica: Tensões e potencialidades. *Physis Revista de Saúde Coletiva*, 26(3), 785–806. <https://doi.org/10.1590/s0103-73312016000300005>